

Funcionando com liminar

Hotel de Naya está aberto há dois meses, mesmo desrespeitando a legislação

ABNOR GONDIM E
ANA MARIA CAMPOS

BRASÍLIA – Um luxuoso hotel quatro estrelas foi aberto há dois meses em Brasília sem festas e sem alarde. O ex-deputado Sergio Naya, proprietário do novo empreendimento e da construtora Sersan – responsável pela obra – dispensou o coquetel de inaugurações. Mas tem motivos de sobra para comemorar. Afinal, conseguiu colocar em funcionamento uma obra apontada como irregular pela administração regional de Brasília por ter um andar a mais do que o projeto original.

Depois de 12 anos de obras e brigas na administração de Brasília para liberar o empreendimento irregular, Naya obteve em junho

na Justiça uma liminar que garante o alvará de funcionamento precário do hotel. O acesso do hotel sequer tem asfalto. Há paredes mal com reboco mal feito e infiltrações em alguns apartamentos.

A vista é privilegiada. Das varandas e do elevador panorâmico vê-se a Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. Uma criação do arquiteto Oscar Niemeyer e do urbanista Lúcio Costa. Em seu folder é valorizada a localização, lembrando que Brasília é “o primeiro bem arquitetônico contemporâneo a ser considerado Patrimônio Cultural da Humanidade”. No entanto, o próprio empreendimento, localizado na área tombada de Brasília, desrespeita às normas e à legislação do setor. Apesar das in-

sistentes advertências da fiscalização, a obra não foi modificada. O hotel ficou pronto no início do ano passado e, em fevereiro, Naya pediu o habite-se. Foram detectados problemas como escadas de emergência inacabadas e sem revestimentos, modificações de arquitetura e avanços em área pública. Por isso, o pedido de alvará foi negado. No início do ano, o então administrador de Brasília, Leôncio Carneiro, demitiu o diretor de fiscalização do órgão, Alcemiro de La Torre, por ter liberado o funcionamento.

O juiz Alvaro Luis Ciarlini, da 2ª Vara da Fazenda Pública, concedeu liminar, por entender que alvarás de funcionamento a título precário existem justamente quando não são supridas deter-

minadas disposições legais. O atual administrador de Brasília, Antonio Gomes diz que o julgamento do mérito pode levar anos. “Devemos entrar com uma ação demolitória do último pavimento irregular”, afirma.

Naya ficou conhecido por ser o responsável pela construção do edifício Palace II, que desabou em 1998, no Rio, e causou a morte de oito pessoas. As vítimas ainda não foram indenizadas, apesar de Naya já ter perdido a ação em primeira instância. A presidente da Associação das Vítimas do Palace, Rauliete Barbosa Guedes, reagiu: “É um absurdo acontecer isso na cara dos poderes. Mostra que o que vale é o dinheiro e o tráfico de influências”, critica.